



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 5 • nº 17 • 01 a 07/06/08 • ISSN1809-6182

Resenhas

23/05/2008 – China e Rússia condenam sistema de antimísseis dos Estados Unidos p.01

Os Presidentes da China e da Rússia se encontraram em Beijing no último dia 23 de maio de 2008 e repudiaram a idéia dos Estados Unidos de criar um escudo antimíssil no leste europeu, com o argumento de que o equilíbrio estratégico e a estabilidade mundial seriam prejudicados.

26/05/2008 – Milícias separatistas na Bolíviap.04

Grupos separatistas bolivianos ameaçam deflagrar um confronto contra Evo Morales, caso a demanda por maior autonomia na gestão de recursos não seja atendida pela nova Constituição.

03/06/2008 – Sessenta anos de Israel p.07

Criado em meio a conflitos e com sua história contada através de conflitos regionais, o estado israelense ainda não conseguiu, após 60 anos, atingir a paz. Os anos 1990 trouxeram um início nas conversações para uma resolução do conflito, mas que ainda não apontam um final certo.

04/06/2008 – Assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul..... p.14

Em maio de 2008, foi assinado o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. O tratado é fruto de um processo de integração da América do Sul que foi iniciado em 2000.

China e Rússia condenam sistema de antimísseis dos Estados Unidos

Resenha
Segurança
Luísa Chaves Lima
23 de maio de 2008

Os Presidentes da China e da Rússia se encontraram em Beijing no último dia 23 de maio de 2008 e repudiaram a idéia dos Estados Unidos de criar um escudo antimíssil no leste europeu, com o argumento de que o equilíbrio estratégico e a estabilidade mundial seriam prejudicados.

Os Presidentes da China, Hu Jintao, e da Rússia, Dmitri Medvedev¹, condenaram o projeto estadunidense de instalação de um sistema antimísseis no leste europeu na última sexta-feira, dia 23 de maio de 2008, numa visita de Medvedev a Beijing.

Esse recente encontro reafirmou o apoio mútuo entre chineses e russos desde 2001, que envolve questões de interesses comuns, incremento do comércio bilateral e segurança.

A declaração de “amizade para sempre” feita por Stalin e Mao Tsé-tung² no contexto da Guerra Fria em 1949, não resistiu às divergências políticas e ideológicas da China e Rússia e acabou neutralizado, o que beneficiou o então inimigo de ambos, os Estados Unidos. Impressionados de certa forma com a insistência de Washington em alterar o equilíbrio nuclear através da criação de um plano de defesa de antimísseis, China e Rússia reataram sua aliança estratégica.

Nas últimas décadas, à medida que a hegemonia americana se tornava cada vez mais explícita, China e Rússia começaram

a deixar de lado suas rivalidades históricas e a forjar uma aliança em várias questões internacionais quando os países ocidentais (em especial, Estados Unidos), pareciam ameaçar seus interesses e, neste caso, sua segurança.

Em 2001, os então Presidentes da China e da Rússia, Jiang Zemin e Vladimir Putin, assinaram um tratado de amizade, que não incluía aliança militar ou política. Seu principal foco era a defesa de interesses comuns e o incentivo do aumento de fluxo comercial entre os países. Além disso, China e Rússia também declararam no acordo, separadamente, o apoio ao Tratado Antimísseis Balísticos³ de 1972 que os Estados Unidos (EUA) querem revogar para criarem seu sistema de plano de defesa.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, referindo-se ao projeto de Washington, disse que “isso não é favorável ao equilíbrio estratégico e à

¹ Dmitri Medvedev foi eleito em 02 de março de 2008, sucedendo Vladimir Putin. Medvedev assumiu a presidência em 7 de maio de 2008.

² Então ditadores russo e chinês, respectivamente.

³ Firmado em 1972, o Tratado Antimísseis Balísticos (TAB) é a base da segurança internacional e sua violação poderia relançar a corrida armamentista. No acordo, os Estados Unidos e a Rússia concordaram em não estabelecer sistemas de defesa antimíssil balístico (ABM, sigla em inglês). Com isso, o acordo proíbe, por exemplo, a construção de sistemas como o escudo projetado pelos EUA, para manter o equilíbrio do poder de destruição de americanos e russos.

estabilidade global.”. No mesmo sentido, posicionou-se Alexander Yakovenko, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo: “Por que colocar sob ameaça toda a estrutura acertada internacionalmente do desarmamento nuclear e da não-proliferação de armas, incluindo o Tratado Antimísseis Balísticos de 1972?”.

Ao mesmo tempo em que a ratificação desse tratado de amizade significa relações mais sólidas e pacíficas entre chineses e russos, ele também enterra um passado que foi marcado pela rivalidade e guerra (China e Rússia mantiveram tensos conflitos bélicos durante a era soviética, por volta de 1969). Jiang e Putin afirmaram ainda que a fronteira entre os dois países será “uma linha de paz eterna”, após o reconhecimento de interesses comuns e o apoio mútuo a questões de segurança internacional. Os Presidentes, no entanto, negaram a idéia de que estariam formando uma aliança contra os Estados Unidos.

Em abril de 2008, um mês antes de deixar a presidência, Vladimir Putin se encontrou com o Presidente dos EUA George W. Bush numa reunião em Sochi (Rússia) [Ver também: [Encontros do Mar Negro: diálogos e acordos em Bucareste e Sochi](#)]. Após a reunião, o Presidente russo declarou que deixou claro a Bush que acredita que o escudo antimísil é uma ameaça direta ao seu país, o qual estaria “na mira” do sistema, como se o sistema antimísseis estivesse direcionado à Rússia.

Bush disse que iria se esforçar e trabalhar para convencer Moscou que o sistema não está direcionado à Rússia e que medidas de transparência quanto à construção do escudo satisfariam as preocupações russas [Ver também: [Vladimir Putin visita os Estados Unidos e discute o sistema antimísseis](#)].

A China e a Rússia já se posicionaram contra essa iniciativa dos EUA, mas foi a primeira vez que os dois países, de forma conjunta, repudiaram o projeto de

antimísseis estadunidense. Também foi a primeira vez que Dmitri Medvedev, que assumiu a presidência em maio de 2008, criticou abertamente a instalação do escudo antimísil [Ver também: [A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)].

O projeto

Esse projeto estadunidense consiste em instalar bases de radar na República Tcheca e um sistema de interceptação de mísseis na Polônia, oferecendo proteção aos Estados Unidos contra mísseis que poderiam ser disparados de países como Irã ou Coreia do Norte.

Em junho de 2006, os EUA advertiram a Coreia do Norte contra o teste de um míssil balístico intercontinental que poderia alcançar o seu território [Ver também: [Teste com mísseis balísticos como tentativa de fortalecimento do poder de barganha norte-coreano](#)]. O porta-voz para a Segurança Nacional da Casa Branca, Fred Jones, disse na época que “não vamos discutir ou especular sobre inteligência. Nossas preocupações sobre o programa de mísseis norte-coreano são bem conhecidas.”. Esses comentários foram seguidos por acusações vindas de Pyongyang⁴, que acusou os Estados Unidos de terem realizado vôos de reconhecimento em seu espaço aéreo sem autorização, com o risco de “provocar um confronto militar” entre os países.

Já em julho de 2006, a Coreia do Norte disparou mais três mísseis de teste, despertando nova reação estadunidense. De acordo com especialistas, a Coreia do Norte tem mais de 800 mísseis balísticos e já vendeu muitos deles para o exterior, sendo o Irã um de seus principais compradores [Ver também: [Rússia vende sistema antimísil para o Irã](#)]. Quanto ao

⁴ Capital e maior cidade da Coreia do Norte.

seu alcance, há suspeitas se a Coréia do Norte possui mísseis que possam alcançar o território dos EUA com precisão. Nota-se que a única certeza é que são de “longo alcance”, mas não se sabe até onde este “longo alcance” é capaz de chegar.

Em setembro de 2007, George W. Bush disse que o Irã pode desenvolver, até 2015, um míssil balístico intercontinental que possa atingir toda a Europa e Estados Unidos. Nas palavras dele: “O Irã procura a tecnologia que poderia ser usada para a produção de armamento nuclear e dos mísseis balísticos de crescente alcance.”. O Presidente, que justificou a invasão no Iraque em 2003 com o argumento de que o país contava com armas de destruição em massa, afirmou que quando ele assumiu a presidência em 2001, os EUA “não tinham capacidade para se defender contra ataques com mísseis balísticos de longo alcance.”. Por isso que, acrescentou Bush, os Estados Unidos se retirariam do Tratado Antimísseis Balísticos, assinado com a União Soviética em 1972 e iniciou o desenvolvimento de um próprio sistema de defesa, com o objetivo de se preparar para “as ameaças do século XXI”.

Ali Larijani, principal negociador do dossiê nuclear iraniano, afirmou que a eventual ameaça balística iraniana contra a Europa foi utilizada pelos estadunidenses para justificar seu projeto de instalação do escudo antimíssil, e que isso tudo só pode ser uma “brincadeira”. “Os mísseis iranianos são incapazes de alcançar a Europa. Os Estados Unidos então, menos ainda. É uma brincadeira.”, afirmou.

Putin concorda com Larijani, quando diz que essa justificativa não tem credibilidade: “Não há mísseis iranianos com o alcance necessário. Por isso, fica óbvio que essa inovação se refere a nós, russos.”.

Em Beijing, Hu Jintao declarou que os dois países continuarão a dar apoio um ao outro em questões que dizem respeito à integridade e soberania do território e

segurança nacional. Medvedev, por sua vez, afirmou que os dois países “apreciam o diálogo em relação à política exterior.”.

Até o momento, a insistência de Bush no projeto de instalação do escudo antimíssil conseguiu realizar a “proeza” de pôr fim, às divergências históricas e reaproximar o maior e o mais populoso países do mundo.

Referência

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

Uol Notícias

<http://www.uol.com.br>

O Globo

<http://www.oglobo.globo.com>

Reuters

<http://br.reuters.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Milícias separatistas na Bolívia

Resenha
Segurança
Marina Robspierre
26 de maio de 2008

Grupos separatistas bolivianos ameaçam deflagrar um confronto contra Evo Morales, caso a demanda por maior autonomia na gestão de recursos não seja atendida pela nova Constituição.

No dia 4 de maio de 2008, o grupo da direita oligarca boliviana realizou no departamento¹ de Santa Cruz, na Bolívia, um referendo à nova constituição proposta pelo governo esquerdista de Evo Morales, na busca por uma maior autonomia para o grupo na região.

Santa Cruz é o departamento boliviano mais rico e detém 35% do Produto Interno Bruto² (PIB) do país. Esse grupo da elite, denominado Junta Autônoma Democrática da Bolívia, é administrado pelo governador de Santa Cruz, Ruben Costa.

A nova constituição proposta pelo *Movimiento al Socialismo* (MDC), partido de Evo Morales, restringe a posse de terra aos latifundiários na busca de uma futura reforma agrária. Buscando minimizar os conflitos entre a população mais pobre, o presidente boliviano nacionalizou a companhia telefônica Entel e empresas petrolíferas como Transredes e Chaco.

Em dezembro de 2006, foram iniciados os movimentos separatistas em função da não participação de parlamentares da oposição na instalação militar na Bolívia. Os departamentos mais ricos do país se confrontaram com o governo por terem

sido ameaçados a perderem parte de sua receita. Tal confronto atingiu a um grau de tensão tão forte que se chegou a cogitar a ajuda de uma mediação internacional.

O governo de Evo Morales foi colocado em alerta devido às ameaças feitas por essas camadas da oligarquia boliviana com relação à possibilidade de haver conflitos armados, caso a autonomia proposta por eles não fosse atendida. Os grupos que participam deste movimento alegam que devem deter parte da gestão de recursos da região, como gás, petróleo e soja, e que esse direito deve ser assegurado pela nova Constituição. Além da busca pela gestão de recursos naturais da região, os oligarcas também requerem a devolução do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH).

Ademais, em carta ao Congresso Nacional, o membro do partido Poder Democrático e Social (PODEMOS), Álvares Garcia Lineras, requer permissão para que produtos possam ser exportados, e que haja maior participação da igreja e de outros atores na política boliviana.

Os conflitos serão uma ameaça caso outros três departamentos - Tarija, Pando e Beni - localizados na região intitulada Meia Lua, também realizem consultas como a de Santa Cruz. Isso porque, nessa região há concentração de mais de 50% das riquezas do país, e um conflito traria problemas estruturais como desabastecimento de alimentos e de medicamentos.

¹ O sistema de divisão entre estados bolivianos é feito a partir de departamentos. São, no total, nove departamentos bolivianos.

² Vide Glossário.

No entanto, alguns moradores de Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento de Santa Cruz, tentaram acabar com o referendo que, segundo eles, tem caráter reacionário. Queimaram urnas e cédulas durante o pleito e invadiram seções de votação, buscando boicotar, chamando o referendo de ilegal.

Antagonismos entre as classes baixa e alta dificultam ainda mais um consenso para que a Constituição atenda amplamente os objetivos de todos os bolivianos. Além da discrepância econômica entre classes, ainda existem problemas quanto à discriminação de raças dentro do país, situação que impõe fortes barreiras a uma unicidade constitutiva.

O referendo obteve um resultado negativo, sendo que a maioria da população boliviana de Santa Cruz reprovou a “nova constituição”. Fortes objeções por parte da Justiça Nacional e pelo governo esquerdista de Evo Morales consideraram o referendo, proposto por Ruben Costa, ilegal. Além disso, a abstenção do referendo, comparada aos anteriores - que também focavam a aprovação ou não das reformas feitas à constituição - triplicou, passando a aproximadamente 40% da população. Apesar desse fato, Costa e o presidente do Comitê Cívico, Branco Marinkovic, afirmaram que venceram com mais de 80% dos votos.

Além da revolta das baixas camadas da sociedade boliviana com relação ao referendo para aprovação da nova constituição. Há uma força, também esquerdista, de 12 mil homens armados, treinados por paramilitares colombianos, que reivindica a posse de alguns departamentos do país. O movimento, intitulado Nação Camba, exige a dominação do território que inclui os departamentos da região da Meia Lua.

Essas ameaças que ocorrem em território boliviano podem ter sérias conseqüências em outros países como o Brasil. O provável apoio do presidente

venezuelano, Hugo Chávez, aos movimentos separatistas, pode trazer um conflito ainda mais intenso gerando instabilidade na extensão do território que faz fronteira com o Brasil. Além disso, o país ainda depende, em parte, do gás vindo da Bolívia e um possível conflito poderia fazer com que o fornecimento do recurso fosse interrompido e muitos transtornos com transportes, por exemplo, seriam gerados.

Os separatistas teriam, segundo o jornal O Globo, armamentos que são utilizados pelos soldados treinados pelo grupo Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Tais características fazem com que a previsão de mais um conflito na região seja eminente. Sérgio Antelo, líder da Nação Camba, disse: “se não garantirem a autonomia que exigimos na Constituição, o caminho é a separação. Não existe meio termo, a situação é insustentável.”.

Assim, se repete a cada ano, novas manifestações dos grupos oligárquicos contra a população que se encontra numa posição desprivilegiada por não terem espaço para decisões políticas. Além disso, ainda há questões raciais envolvidas no conflito por grande parte da população ser indígena. Entre outros motivos, essas são algumas razões da grande disparidade econômica, principalmente, entre departamentos e conseqüente ânsia separatista por alguns deles.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

O Globo

<http://www.oglobo.globo.com>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Reuters

<http://br.reuters.com>

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br>

Ver Também:

15-05-2007: [Nova Constituição boliviana](#)

09-07-2006: [Conseqüências da nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia.](#)

Sessenta anos de Israel

Resenha

Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes

03 de junho de 2008

Criado em meio a conflitos e com sua história contada através de conflitos regionais, o estado israelense ainda não conseguiu, após 60 anos, atingir a paz. Os anos 1990 trouxeram um início nas conversações para uma resolução do conflito, mas que ainda não apontam um final certo.

A história de Israel é contada, desde seu princípio, através de guerras sendo, ainda hoje, o epicentro de uma das maiores tensões geopolíticas do mundo moderno. O estado israelense vive sob tensão com seus vizinhos e é alvo de constantes atentados.

A questão da segurança sempre pautou a agenda política do país: o governo destina 7,3% de seu produto interno bruto, ou US\$ 13,5 bilhões, na defesa de um território de cerca de 20 mil quilômetros quadrados¹. O exército de Israel é hoje o terceiro mais poderoso do mundo, atrás apenas de EUA e China.

O país também detém um grande poderio nuclear não declarado. Estima-se que o Estado possua cerca de 200 artefatos nucleares. A Mossad, serviço secreto israelense, é hoje reconhecidamente um dos melhores do mundo.

As raízes do conflito israelense palestino foram criadas antes mesmo da implementação do Estado. As tensões entre judeus e árabes pelo controle da região se iniciam ainda à época do domínio britânico, sendo que a criação de Israel foi apenas o estopim para a sucessão de guerras que se constituíram

uma sobre as outras.

A divisão da Palestina

Após a Primeira Grande Guerra, com a divisão dos territórios do império otomano, a região da Palestina havia sido destinada aos cuidados do Reino Unido em 1917. Pela Declaração de Balfour deste mesmo ano, os britânicos se comprometem a criar na palestina um "lar nacional para o povo judeu"² sem, contudo, prejudicar os demais habitantes.

Por demais habitantes, diga-se, uma minoria cristã (11% da população local) e uma esmagadora maioria muçulmana (78% da população local). Os judeus formavam apenas 11% da população da região. O retorno a região estava mais vinculada a questões históricas e ao desejo que começava a ser expressado no ambiente internacional acerca de um país para o povo judeu.

Mas os britânicos mantiveram o controle da região, afirmando que a criação de um lar nacional não significava necessariamente a criação de um Estado. Eles declaravam necessária sua permanência, como forma de garantir a estabilidade entre os árabes e judeus residentes no local.

Durante tais anos de ocupação britânica,

¹ A título de comparação, o Brasil gasta 2,6% do seu PIB (cerca de US\$ 47 bilhões) na defesa de aproximadamente oito milhões e meio de quilômetros quadrados.

² Arthur James Balfour, Secretário de Relações Exteriores Britânico, 1917.

houve uma intensa migração judia para a palestina. Esse maior contato entre os dois povos começou a gerar atritos, levando os judeus a formarem milícias³, com apoio britânico, para proteção contra ataques árabes. O Reino Unido adotou medidas para diminuir a imigração judaica, proibindo a venda de propriedades para imigrantes judeus. Essas medidas permitiram que houvesse um equilíbrio controlado na região entre as populações judia e árabe-muçulmana.

Apenas após a Segunda Grande Guerra, com a Resolução 181 da Assembléia Geral das Nações Unidas, aprovada em 1947, ficou determinado o fim do controle britânico sobre a região e a implementação de dois estados na Palestina: um Árabe e um Judeu. As Nações Unidas realizaram então um plano de partição regional, que ficou definido de acordo com o mapa em anexo (vide anexo A).

Conforme pode ser observado no mapa, as regiões em azul eram territórios a serem alocados ao povo judaico, e a região em laranja a ser alocado aos povos árabes. A região de Jerusalém (parte em branco) se tornaria zona internacional, pois é de grande importância histórica e religiosa tanto para a cultura judaica quanto muçulmana, sendo ambicionado por ambas.

Tal resolução foi bem aceita pelos judeus, mas recusada pelos palestinos. Isso porque, segundo a divisão feita pela ONU, 56,47% do território da antiga Palestina Britânica (não contando o território destinado a Jerusalém) estava destinado à criação do estado judaico. Neste território, habitavam 498 mil judeus e 325 mil árabes. Já para o estado Árabe, estavam destinados 43,53% do território, no qual habitava uma população de 807

mil árabes e 10 mil judeus. Havia também uma grande descontinuidade entre os territórios árabes.

É importante ressaltar que, mesmo do lado judaico, não havia um consenso. Alguns líderes judeus acreditavam que através de uma correta estratégia política poderiam acabar herdando toda a Palestina Britânica.

A partir desta divergência se inicia o conflito entre os judeus e árabes no território palestino. Os confrontos iniciaram em dezembro de 1947 e se escalaram nos meses seguintes. O que ao final de 1947 era expresso na forma de protestos passou a envolver milícias armadas de ambos os lados. Os judeus, que possuíam maior experiência militar⁴, prevaleceram nesse primeiro confronto. Através de violentos ataques a vilas árabes, as forças judias conseguiram com que parte da população árabe palestina buscase, com medo, refúgio em países vizinhos⁵.

Fazendo uso da vantagem decorrida de suas primeiras vitórias contra a população árabe e da fuga destes do território, as autoridades judias proclamaram, em 14 de maio de 1948, a criação do Estado de Israel, um dia antes do final da retirada britânica do território. Este dia é conhecido até hoje pelos árabes como *nakba*, ou grande tragédia. Em 15 de maio daquele ano, começou a primeira Guerra Árabe-Israelense, ou Guerra de Independência, como é conhecida por Israel.

³ O Haganah, milícia judaica que atuava na proteção das comunidades de seu povo ajudou as forças britânicas a combater a insurgência árabe de 1937. Cerca de 30 mil membros da Haganah se alistaram no exército britânico durante a Segunda Grande Guerra.

⁴ Como dito antes, alguns eram veteranos do exército britânico; o Haganah consistia uma força militar muito mais consolidada que as forças árabes. Havia também entre os judeus uma unificação muito maior do que entre os árabes-palestinos.

⁵ Não se sabe ao certo até onde ia de fato a violência dos ataques judeus e onde começava as histórias inventadas por rádios árabes, que buscavam com isso gerar um comportamento mais aguerrido na sua população.

Do lado árabe, Jordânia⁶, Líbano, Egito, Síria e Iraque invadiram o território da antiga Palestina Britânica. As defesas israelenses iniciaram a guerra com cerca de 30 mil soldados, mas chegaram ao final com cerca de 100 mil e conseguiram controlar a maior parte do território em disputa. O Egito e a Jordânia obtiveram controle de apenas 25% do território que seria destinado aos Árabes pela divisão da ONU⁷, e o incorporaram a seus territórios. A guerra chegava ao fim em 1949, com a assinatura de uma série de armistícios que, entre outras coisas, definiram o *status* dos territórios que foram incorporados pelos países participantes.

O acordo com o Egito foi o primeiro a ser assinado, em 24 de fevereiro de 1949. Ele estabelecia a criação de uma zona desmilitarizada na fronteira entre os países, que retornava ao contorno fronteiriço de 1906, além de prever a libertação de tropas egípcias capturadas. Em 23 de março de 1949 foi assinado o armistício com o Líbano. Neste, fica estabelecida a retirada de tropas israelenses que ocupavam vilas ao sul do estado libanês e também a fronteira do armistício entre os dois países.

O acordo com a Jordânia foi assinado em 3 de abril do mesmo ano, e estabelecia troca de alguns territórios, retiradas de tropas jordanianas de território israelense e garantia acesso seguro a locais sagrados. Já o armistício com a Síria estabelecia retiradas das tropas sírias de Israel e criava zonas desmilitarizadas de fronteira.

Questões Internacionais

As Nações Unidas estimam que durante a Guerra de Independência cerca de 656 mil árabes deixaram o território israelense. No entanto, no período entre 1948 até 1960, a população israelense subiu de cerca de 850 mil habitantes para 2,117 milhões de habitantes.

⁶ Na época Transjordânia.

⁷ No caso, a Faixa de Gaza (controlada pelo Egito) e a Cisjordânia.

Deste total, a população judaica que era de 672 mil se elevou para 1,862 milhão, devido principalmente à imigração de judeus sobreviventes do Holocausto⁸, de outras partes do Oriente Médio e África setentrional.

A União Soviética foi um dos primeiros a reconhecer o Estado. Entretanto, as relações entre Israel e estados do leste europeu se deterioraram durante a década de 1950, fazendo com que a URSS se afastasse de Israel e se voltasse para Egito e Síria como aliados na região. Posteriormente, a União Soviética atuaria contrariamente ao estado israelense nas Nações Unidas, provendo armas a alguns países rivais.

Inicialmente, os Estados Unidos relutaram em reconhecer Israel. Isso devido a seus interesses na região: temia que o reconhecimento ou posicionamento aberto a favor do país levasse tanto a maiores tensões regionais quanto à aproximação do outro lado com o bloco soviético. A partir da década de 1960, com Egito e Síria se alocando sob proteção soviética, os EUA se tornaram abertamente pró-Israel, atuando em sua defesa junto à comunidade internacional.

Insegurança Contínua

Os armistícios não foram suficientes para estabelecer a paz de Israel com seus vizinhos, principalmente o Egito. Diversas violações foram registradas, levando a cerca de 1.700 mortos, dos dois lados, nos primeiros sete anos em que estiveram em vigor.

Em 1956, Israel, junto com forças francesas e britânicas entrou em uma curta guerra contra o Egito, que tentava nacionalizar o Canal de Suez, uma importante ligação do Mar Mediterrâneo com o oceano Índico. A vitória da coalizão anglo-francesa-

⁸ Como ficou conhecido o extermínio de milhões de minorias étnicas pelo Regime nazista na Alemanha, nas décadas de 1930 e 1940. Entre as minorias estavam Judeus, Ciganos, Homossexuais, entre outros.

israelense levou à criação por parte das Nações Unidas de uma força de paz na região do Sinai, onde seria estabelecida uma zona desmilitarizada de forma a evitar o escalonamento de tensões na região.

Este arranjo durou até 1967, quando o Egito expulsou as forças da ONU e enviou um contingente de 100 mil homens além de blindados para o Sinai. Além disso, assinou acordos militares com o rei Hussain da Jordânia, sinais que foram interpretados por Israel como contenciosos. Temendo um ataque em larga escala, o estado israelense dá início a Guerra dos Seis Dias em junho de 1967, realizando um ataque preemptivo às forças egípcias. Em seguida, Jordânia e Síria entraram na guerra, tendo suas ações repelidas pela defesa israelense. Ao final desta Guerra, Israel havia expandido o seu território, obtendo domínio da Faixa de Gaza, Monte Sinai (ambos tomados do Egito), Cisjordânia (Jordânia), Colinas de Golã (Síria) e Jerusalém, que foi anunciada como capital do Estado de Israel.

Durante os três anos seguintes forças egípcias, soviéticas e da Organização para Libertação da Palestina⁹ realizaram ataques com intuito de reconquistar o Sinai, sem sucesso. Apenas em outubro de 1973, na Guerra do Yom Kippur, Egito e Síria conseguiram organizar um ataque surpresa em larga escala que trouxe grande perigo para o estado israelense.

Os estados árabes apresentavam armas mais avançadas, providas pela União Soviética. O início do conflito gerou grandes perdas para Israel, que apenas conseguiu mudar os rumos da guerra após a chegada de novos armamentos enviados emergencialmente pelo governo estadunidense.

A guerra durou entre os dias 6 e 26 de outubro de 1973, quando foi assinado um cessar fogo. Embora Israel tivesse iniciado em desvantagem material, os números ao

final da guerra mostraram sua grande superioridade militar em relação aos vizinhos. Houve quatro vezes mais baixas entre soldados árabes do que israelenses; quatro vezes mais aviões abatidos; cinco vezes mais tanques destruídos.

Em 1978, Israel e Egito assinaram um acordo de paz que poria fim as suas divergências na região. Pelo tratado, Israel se comprometeria a ceder o Sinai, que deveria permanecer desmilitarizado, e o Egito se tornou o primeiro país Árabe a reconhecer o estado israelense. Como consequência, o Egito foi expulso da Liga dos Estados Árabes, considerado um traidor¹⁰.

Terrorismo Internacional

Mesmo havendo atingido a paz com o Egito, as tensões internacionais contra Israel ainda continuavam. A crescente influência e poderio dos estados árabes causado pelo aumento do preço do petróleo internacionalmente foram um grande desafio para Israel. Não apenas havia o financiamento estatal a ações terroristas, como também o ambiente internacional se voltava contra ele.

No âmbito das Nações Unidas, algumas ações anti-Israel chegaram a serem feitas na Assembléia Geral. Chefes de Estados pediam a expulsão de Israel da organização e eram ovacionados. Muitos países subdesenvolvidos cortaram relações com o estado israelense devido a pressões árabes, dos quais eram dependentes de petróleo. No que foi provavelmente um dos momentos mais polêmicos da história da organização, o Terceiro Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas decretou “uma moção condenando o sionismo como uma forma de racismo”¹¹.

O terrorismo transnacional também

⁹ Ver glossário.

¹⁰ Em 1967 a Liga Árabe havia definido que não haveria qualquer tipo de negociação ou acordo de paz com Israel, bem como não haveria o reconhecimento do estado israelense.

¹¹ □ JOHNSON, p.

atingia duramente Israel. Atentados contra israelenses dentro e fora do país se tornaram constantes, com seqüestro de aviões e atentados a bomba.

Os constantes ataques perpetrados contra o país e seus cidadãos levaram-no a mais uma guerra, em 1982, contra o Líbano, estado que abrigava a Organização para Libertação da Palestina (OLP) e de onde eram lançados grande parte dos ataques contra Israel.

Em junho de 1982, após um atentado contra a vida do embaixador israelense no Reino Unido, Israel realizou um ataque ao sul do Líbano, com o objetivo de expulsar a OLP do país, no qual obteve sucesso. A organização, após 1982 passou a se refugiar na Tunísia. As tropas israelenses permaneceram no sul do território libanês até o ano 2000.

Em 1987 uma nova onda de conflitos emergia, desta vez internamente, com a Intifada palestina: um levante em massa das populações da Faixa de Gaza e Cisjordânia contra o controle israelense. Entre as ações realizadas estavam a desobediência civil, boicotes, greve geral, protestos e apedrejamento das tropas israelenses, que se estenderam até 1993.

Mas também foi no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 que se iniciou a tentativa de conversações de paz na região, embora Israel e Estados Unidos ainda considerassem a OLP como organização terrorista. Desde os anos 1970 os Estados Unidos haviam estabelecido que as pré-condições para iniciar as negociações seriam o reconhecimento pela OLP do direito à existência de Israel e a renúncia ao uso do terror. Tal demanda começou a ser atendida em 1988, através de comunicação secreta entre EUA e OLP.

O processo de paz e situação atual

O encontro realizado em Madrid em 1991, com líderes de diversos países e representantes de Israel e da Palestina¹² foi

¹² Representada não por membros da OLP, ainda

um começo nas negociações há muito esperado. Nesta ocasião, ambas as partes tiveram a oportunidade de expor suas posições, o que levou a uma série de curtos encontros bilaterais promovidos pelos EUA.

Em 1993, o processo de paz de Oslo levou as negociações de paz a um patamar ainda mais elevado, levando no mesmo ano à realização de um acordo pelo qual os palestinos concordariam em reconhecer o estado israelense em troca de um início da retirada de Israel dos territórios ocupados. Esse processo histórico, do qual fizeram parte Ytzchac Rabin (líder israelense) e Yasser Arafat (líder da OLP), levou ao surgimento de um novo problema: a resistência a acordos tanto por parte de conservadores israelenses como de fundamentalistas islâmicos impedindo um maior avanço da negociação.

Do lado israelense, parte da população defende que os territórios conquistados devem ser incorporados, como direito legítimo de Israel. O assassinato de Ytzchac Rabin em 1995 por um jovem judeu ortodoxo é uma demonstração da rejeição do processo de paz pela parte mais conservadora do país.

Já do lado palestino a questão está em relação aos grupos fundamentalistas islâmicos, que pregam o extermínio completo de Israel, considerado invasor. Existe o preceito islâmico tradicional, pelo qual a questão da posse de terra é considerada uma dádiva de Deus, não devendo ser sequer vendido ou doado. Tais grupos fazem uso de citações do Corão, livro sagrado muçulmano, para incitar a Jihad¹³ contra o estado israelense.

O problema ainda está no fato de que os atentados motivados por este tipo de radicalismo se voltam não apenas contra

considerada uma organização terrorista por Israel, mas sim por uma delegação mista jordana e palestinos residentes nos territórios ocupados.

¹³ Ver glossário.

Israel, mas também contra seus aliados. Este foi um dos fatores que levou aos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, e os conseqüentes acontecimentos após o início da Guerra ao Terror por parte dos Estados Unidos e aliados.

Alguns outros retrocessos também aconteceram, como o início da segunda Intifada em 2000, e a nova invasão israelense ao território libanês, em 2006, após uma seqüência de ataques do Hizb'allah¹⁴ a Israel e seqüestro de dois de seus soldados. Os ataques israelenses em larga escala causaram enormes danos ao Líbano.

É difícil falar ao certo sobre um futuro pacífico para Israel. A década de 1990 trouxe uma nova época para o país, onde a ameaça real a sua existência não é mais tão palpável quanto era nos primeiros 30 anos de sua existência. Além disso, o país tem encontrado espaços confortáveis para si na negociação da criação de um estado palestino.

Entretanto, a postura beligerante ainda se faz necessária para a preservação de sua existência, assim como foi no passado. O Estado ainda vê a necessidade de se mostrar forte, desencorajando novos ataques contra seu território por parte de seus vizinhos. Além do mais, a emergência nos últimos anos do Irã como possível ameaça ao país, impede que retroceda em seu pensamento de defesa nacional.

Também existe o medo de demonstrar fraqueza ao parecer estar cedendo ao apelo do terrorismo transnacional, além do medo de que ocorra uma grande cisão política interna, entre pessoas a favor e contra a desocupação dos territórios. Tais fatores fazem com que o processo de paz não consiga se desenvolver de maneira apropriada.

Entretanto, mesmo com tantos reveses,

sessenta anos após sua criação, Israel encontra-se bem consolidado de maneira que parecia quase impossível durante o período de guerra nos anos 1960-1970.

Referência

Livros:

História dos Judeus. JOHNSON, Paul.

Artigos:

Palestina, um drama de meio século. MAIOR, Luiz A. S. Carta Internacional.

Strategic Beliefs and the Formation of Enduring International Rivalries: Israel's National Security Conception, 1948-56. MOR, Ben D.

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Palestine Facts

<http://www.palestinefacts.org>

Country Studies

<http://countrystudies.us>

Conselho de Segurança das Nações Unidas

<http://www.un.org/sc>

Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org>

CIA World Factbook

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

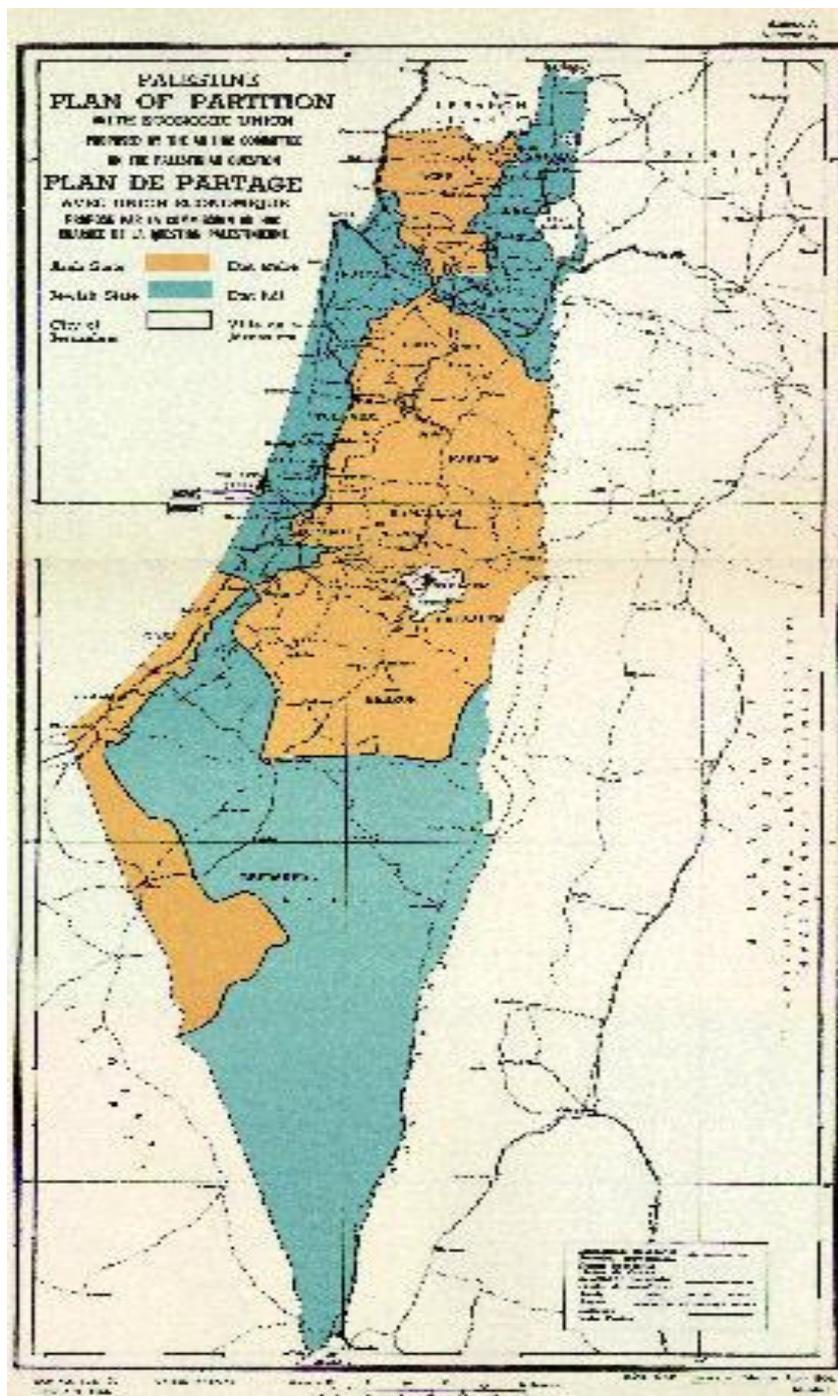
The Balfour Declaration. Balfour, Arthur J. 1917. Disponível em:

http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/middle_east/israel_and_the_palestinians/key_documents/1682961.stm

¹⁴ Ver glossário.

Anexo A

Plano de Partição da Palestina Britânica, da Organização das Nações Unidas:



Fonte: Organização das Nações Unidas. Disponível em;
<http://domino.un.org/unispal.nsf/2ee9468747556b2d85256cf60060d2a6/164333b501ca09e785256cc5005470c3!OpenDocument>

Assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul

Resenha
Integração Regional
Celeste Cristina Machado Badaró
04 de junho de 2008

Em maio de 2008, foi assinado o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. O tratado é fruto de um processo de integração da América do Sul que foi iniciado em 2000.

No dia 23 de maio de 2008, os representantes dos doze países sul-americanos se reuniram para a assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)¹. A iniciativa de integração da América do Sul começou em 2000, mas só com o tratado de 2008 ela passou a ter *status* legal², tornando-se uma organização internacional de fato.

Em agosto de 2000, foi realizada a primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, que tinha por objetivo aumentar o diálogo entre os países da região e iniciar medidas de integração. Nessa reunião, foi criada a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem por objetivo elaborar projetos de integração física e infra-estrutura. Durante a III Reunião, em 2004, foi lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que tinha por objetivo constituir

um bloco econômico [ver também: [Reunião de Cusco marca lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações](#)].

Em 2007, o nome da CASA mudou para Unasul. A mudança ocorreu devido a críticas da Venezuela, que considerava que o processo de integração estava ocorrendo muito lentamente. A Unasul tem o objetivo de conseguir não só a integração econômica, mas também política e social, além de avançar na integração física, que já é tratada pela IIRSA [ver também: [Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana - IIRSA](#)].

A Unasul representa uma população de 360 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,5 trilhões, de acordo com dados de 2006. O Brasil é a maior economia da região, com PIB de US\$1,06 trilhão e população de cerca de 190 milhões, dados de 2006. Por isso, o Brasil é um ator fundamental no processo de integração sul-americana. O país foi um dos maiores incentivadores da iniciativa e tanto a I Reunião de Presidentes da América do Sul quanto a assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul ocorreram em Brasília, capital do Brasil.

A organização contará com órgãos como Conselho de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros de Relações Exteriores, e Conselho de Delegados. A presidência da organização

¹ Fazem parte da Unasul Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Além desses países, também fazem parte da América do Sul a Guiana Francesa, que é um departamento da França, e as Ilhas Malvinas (ou Falkland), Sandwich e Geórgia do Sul, que são dependentes do Reino Unido. A Unasul também possui dois membros observadores, Panamá, da América Central, e México, da América do Norte.

² Ou seja, passa a ser uma personalidade jurídica de direito internacional.

será rotativa com duração de um ano, sendo a primeira do Chile. Entre as propostas para aprofundar a integração sul-americana, estão a criação de um Conselho de Segurança, de um Parlamento Sul-Americano e de um Banco da América do Sul.

Foi apresentada pelo Brasil a proposta mais controversa nas discussões da Unasul: a construção de um Conselho de Segurança Sul-Americano [ver também: [Conselho Sul Americano de Defesa](#)]. A proposta ganhou visibilidade após tensões ocorridas entre Colômbia, Equador e Venezuela, em março de 2008 [ver também: [Crise Sul Americana: Equador, Colômbia e Venezuela](#)]. Uma missão militar da Colômbia em combate contra a guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) entrou em território equatoriano. Esse movimento foi considerado como invasão de território pelo presidente do Equador, Rafael Correa, apoiado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez.

A crise foi resolvida na Organização dos Estados Americanos (OEA), que é a organização internacional responsável por garantir a paz em todo o continente americano. O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, passou a discutir então a idéia de se criar um órgão de segurança para a América do Sul resolver esse tipo de tensão sem precisar da ajuda de atores externos.

No entanto, Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, foi contra a proposta, afirmando que a OEA já cumpre o papel que seria exercido pelo Conselho de Segurança Sul-Americano. Depois de negociações, os presidentes reunidos em maio de 2008 decidiram adiar a decisão, criando um grupo de trabalho com duração de noventa dias para análise da proposta brasileira.

O presidente brasileiro afirmou que esse adiamento não se trata de um fracasso, mas de um importante passo para a discussão da segurança sul-americana.

Outra proposta para a integração sul-americana sob a Unasul é a criação do Banco da América do Sul. Esse Banco foi inicialmente proposto por Hugo Chávez, e teria o papel de substituir o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) como financiador da região [ver também: [Chavéz percorre América do Sul](#)].

O presidente brasileiro foi além e afirmou que, após a criação do Banco do Sul, pode se começar a pensar na criação de um Banco Central com moeda única para os membros da Unasul. Lula afirmou que pretende seguir o modelo de integração da União Européia, que também possui uma moeda única, o euro.

No entanto, o processo de integração européia já tem cinquenta e um anos de existência. A criação do euro levou décadas de discussão e mais dez anos para sua implementação, desde o Tratado de Maastrich, que aprovou a sua criação, em 1992, até a entrada em circulação do euro, em 2002 [ver também: [A unificação monetária européia](#)]. A integração sul-americana é muito mais recente: a primeira vez que os chefes de estado da região se reuniram para discutir a integração foi em 2000.

Durante o período da Guerra Fria, a OEA foi considerada como a única instância de integração dos países sul-americanos, devido à forte influência dos Estados Unidos na região, que estava próximo geograficamente e era a maior potência ocidental da época.

Durante as décadas de 1970 e 1980 houve algumas iniciativas de integração, como a Comunidade Andina³ e o Mercosul⁴. No entanto, elas não tinham o objetivo de alcançar toda a América Latina, apenas um grupo de países.

Apesar de o ideal de unificação sul-americana existir desde o século XIX,

³ Vide glossário.

⁴ Vide glossário.

fomentado por Simon Bolívar, que liderou a independência de alguns países da região, o processo que culminou na criação da Unasul tem menos de uma década de existência. A integração da América do Sul ainda tem um longo caminho a percorrer se comparada a outros processos de regionalismo, mas já é um grande passo em busca de maior convergência política entre os países da região.

Referência

Sites:

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Observatório Político Sul-Americano

<http://observatorio.iuperj.br>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Eduardo Côrtes; Franceline Fukuda; Joana Laura Nogueira; Larissa Martins; Luísa Lima; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

